



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS SURDOS NO
PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
ESCRITA**

Patrícia Rodrigues Cancilieri de Faria

Governador Valadares, MG, Brasil

2010

**DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS SURDOS NO
PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA**

por

Patricia Rodrigues Cancilieri de Faria

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Governador Valadares, MG, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**Dificuldades vivenciadas pelo surdos no processo de aquisição da
língua portuguesa escrita**

elaborado por

Patrícia Rodrigues Cancilieri de Faria

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

fulano
(Presidente/Orientador)

fulano

fulano

Governador Valadares, MG, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Dificuldades vivenciadas pelo surdos no processo de aquisição da língua portuguesa escrita

Patrícia Rodrigues Cancilieri de Faria
ORIENTADOR: Michele Quinhoes
Governador Valadares

O presente artigo tem como objetivo investigar as dificuldades encontradas pelos alunos surdos no processo de aquisição da língua portuguesa escrita, visto que o português é a segunda língua dos surdos e que as necessidades educacionais específicas destes alunos nas escolas regulares de ensino não vem sendo atendidas adequadamente por falta de conhecimento sobre a identidade e cultura surda.

Palavras-chave: surdez, língua portuguesa escrita, LIBRAS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	05
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	08
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
3.1. Um pouco da história da educação de surdos.....	09
3.2. Aquisição da linguagem.....	12
3.3. Dificuldades observadas no processo de aquisição da língua portuguesa	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
5. REFERÊNCIAS	21
6. ANEXOS	22

1. APRESENTAÇÃO:

Atualmente a inclusão está em alta e é tema de vários estudos e debates. A igualdade de direitos nunca foi tão discutida. Crianças com diversos tipos de especificidades têm agora acesso à escola garantido por lei. Vemos este processo com bons olhos, pois todas as crianças têm direito à escola e com as crianças com necessidades educacionais especiais - Nees não deveria ser diferente. Porém o importante não é só que estas crianças estejam incluídas e socializadas e sim que as mesmas desenvolvam habilidades cognitivas e sociais que as ajudem em seu convívio social.

No caso das crianças surda, que é o foco, intenção de meu trabalho, muitas são as dificuldades existentes, a começar pela diferença da língua utilizada (LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais). Trabalhei por dois anos como intérprete de Língua de Sinais nos anos iniciais e também juntamente com professores surdos e percebo que entre os grandes desafios encontrados na inclusão do aluno surdo em salas regulares de ensino está o de fazer com que haja uma superação das muitas dificuldades que estes alunos apresentam no aprendizado da língua portuguesa escrita.

Ao incluir o aluno surdo em salas de ensino regular o que se tem feito é obrigá-los a aprender concomitantemente a língua de sinais e a língua portuguesa e colocado juntamente com o professor regente um professor intérprete de libras. Mas a alfabetização dessas crianças continua ocorrendo da mesma forma que as crianças ouvintes (lembrando que a língua portuguesa é uma língua oral e a LIBRAS espaço-visual).

Pensamos que talvez esse seja o motivo pelo qual crianças surdas não se apropriem adequadamente do sistema de escrita da língua portuguesa e não consigam ser letradas nela.

O ser humano possui dois sistemas para a produção e o reconhecimento da linguagem: o sistema sensorial, que faz uso da anatomia visual/auditiva e vocal (línguas orais) e o sistema motor, que faz uso da anatomia visual e da anatomia da mão e do braço (línguas de sinais). Na aquisição da língua, as pessoas surdas utilizam o segundo sistema.

Devido ao entendimento da forma pela qual as pessoas surdas se comunicam e a percepção da importância da LIBRAS criou-se o decreto 5626 de 2005 que estabelece que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngüe, garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua.

Existem atualmente duas formas de se realizar a educação bilíngüe: uma envolve o ensino das duas línguas em momentos distintos, e o outro caracteriza-se pelo ensino da segunda língua somente após a aquisição da primeira. A mais usada em nossas escolas é a primeira onde o ensino das duas línguas é feito ao mesmo tempo só que em momentos distintos.

A opção por uma educação bilíngüe oferece às crianças com surdez o ensino da língua de sinais como primeira língua e o da língua portuguesa como segunda (onde a língua de sinais é a língua de instrução e a língua portuguesa escrita é a segunda língua). Porém, a educação bilíngüe vai apresentar diferentes contextos dependendo das ações de cada município e de cada estado brasileiro.

Sendo a língua de sinais a primeira língua das crianças surda seria ideal que as mesmas fossem alfabetizadas primeiramente em sua própria língua. Dessa forma, tendo contato com a escrita alfabética seria mais fácil o seu processo de alfabetização em português. Este aconteceria de forma mais eficiente. Entretanto a realidade do nosso país é outra: a criança é alfabetizada na língua portuguesa sem ter sido alfabetizada na língua de sinais.

Esse processo de alfabetização tem gerado surdos adultos escolarizados que possuem muitas dificuldades em entender o português e fazer o uso do mesmo em suas relações sociais.

Há uma necessidade de se observar e conhecer estas dificuldades para saber como fazer para que o aluno surdo consiga se apropriar de forma mais eficaz da língua portuguesa escrita. Este é o foco deste estudo, conhecer as dificuldades que o aluno surdo encontra no processo de alfabetização da língua portuguesa. Quais seriam as causas e ao que estas dificuldades estariam atreladas.

Para tentar responder estas questões farei uma pesquisa bibliográfica e qualitativa do tipo descritiva onde pretendo contar um pouco do processo histórico da

educação de surdos no Brasil, falar um pouco sobre a questão da importância da linguagem para o processo de alfabetização e neste ponto destacar a relevância da LIBRAS para pessoas com surdez, debater as formas utilizadas para a alfabetização de alunos surdos e finalmente destacar as dificuldades que estes alunos possuem conforme observações feitas em sala de aula regular de ensino onde alunos surdos estejam incluídos.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:

Para tentar responder estas questões será feita uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer um pouco da história da educação de surdos buscando as bases que a mesma apresenta nos dias atuais; será realizada também pesquisa qualitativa do tipo descritiva onde se utilizará a técnica de observação que será realizada em uma escola da rede municipal de ensino que possui alunos com surdez incluídos. Nos capítulos que se seguirão pretendo abordar o processo histórico da educação de surdos no Brasil, falar um pouco sobre a questão da importância da língua para o processo de alfabetização e neste ponto destacar a relevância da LIBRAS para pessoas com surdez, debater as formas utilizadas para a alfabetização de alunos surdos e relatar as dificuldades que estes alunos possuem conforme observações feitas em sala de aula regular onde alunos surdos estejam incluídos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

3.1-Um pouco da história da educação de surdos

A educação de surdos ao longo dos tempos passou por mudanças significativas. Desde o período onde sua condição lhe custava à vida, nas sociedades gregas e romanas na antiguidade aos dias de hoje onde sua língua materna já é respeitada e sua luta continua para fazer dessa conquista uma forma para que seus direitos sejam respeitados e para que possam participar ativamente na sociedade em que estão inseridos (SALLES, 2007).

O primeiro trabalho realizado com o objetivo de educar os surdos, foi de autoria do monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584). Ele viveu num monastério, em Onã, na Espanha, e dedicou grande parte de sua vida desenvolvendo seu método, que incluía datilografia (alfabeto manual utilizado para soletrar palavras), escrita e oralização. Ao remontar a História temos o surgimento dos primeiros educadores de surdos no século XVIII: Samuel Heineck (1729-1790), o abade francês Charles Michel de L'Epeé (1712-1789) e o inglês Thomas Braidwood (1715-1806), todos com metodologias diferentes para a educação de surdos. L'Epeé baseava seu método de educação nos gestos, pois acreditava que os surdos aprendiam pela visão aquilo que as outras pessoas aprendiam pela audição. Heineck defendia um método contrário, baseado somente no aprendizado da língua oral, e considerava este método o único meio de integrar o surdo a sociedade. Já Braidwood, usava um método combinado que se valia da língua de sinais e desenvolvimento da fala. O método de L'Epeé alcançou ótimos resultados e influenciou o ensino de surdos em diversas escolas pelo mundo. Segundo Sacks apud Baptista:

Esse período – que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos – testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral, dirigida por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade

– escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis (SACKS, 1990, p. 37).

Este período priorizou o aprendizado das pessoas surdas com a utilização de sua língua materna e usando-se dessa para a aquisição de novos conhecimentos e da língua oral escrita, que não era até o momento considerada como segunda língua.

Em 1880, em Milão, na Itália, realiza-se o Congresso Internacional de Educação de Surdos, onde ficou definido que o método oral era o mais adequado para o ensino dos surdos, pois este seria o ideal para o desenvolvimento pleno do indivíduo surdo e sua integração social. Neste congresso educadores surdos não participaram. Desde então torna-se condição básica para aceitação do surdo na comunidade o domínio da língua oral. Dá-se aí a vitória da ideologia clínico-terapêutica dominante. A visão clínico-terapêutica vê o indivíduo surdo a partir da deficiência e tende a normalizá-lo. Essa filosofia tem como objetivo a integração e o convívio dos surdos com os ouvintes somente através da língua oral.

Influenciadas pelo Congresso de Milão, escolas em todo o mundo adotam a filosofia oralista para o ensino de pessoas surdas.

Dessa forma, o que já havia sido conquistado, ou seja, a utilização da língua de sinais, fora perdido, dando lugar a valorização da língua dominante (oral) sobre o aprendizado significativo.

As conseqüências dessa filosofia educacional foram desastrosas e são comprovadas por meio de pesquisas que comprovam o fracasso acadêmico de pessoas surdas.

“Através de pesquisas realizadas por profissionais da PUC do Paraná em convenio com o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), publicada em 1986 em Curitiba, constatou-se que o surdo apresenta muitas dificuldades em relação aos pré-requisitos quanto à escolaridade, e 74% não chega a concluir o primeiro grau. Segundo a FENEIS, o Brasil tem aproximadamente 5% da população surda total estudando em universidades e a maioria é incapaz de lidar com o português escrito” (FENEIS, 1995:7)

No Brasil, a educação de surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Ernest Huet, ex-aluno surdo do instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu-se a

origem da Língua Brasileira de Sinais, com grande influência da Língua Francesa. Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não haviam escolas especiais. Solicitou, então, ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES.

A princípio a língua de sinais foi aceita e percebe-se o avanço acadêmico dos surdos, a aceitação e utilização da primeira língua como base para a aquisição da segunda (português escrito) é observado como fator impressionante.

O Instituto inicialmente utilizava a Língua de Sinais, mas em 1911 passou a adotar o oralismo puro, seguindo as determinações do Congresso de Milão. Durante muito tempo o Instituto usou como único método o oralismo.

Novamente há um período de trevas na história dos surdos que são proibidos de usar sua língua materna e são obrigados a aprenderem a falar, que é tido como fundamental em detrimento da aquisição de conhecimentos por meio da língua de sinais.

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos (educadora de surdos da Universidade Gallaudet), chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e, na década seguinte, a partir das pesquisas da professora lingüista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilingüismo passou a ser difundido.

Mas o que é educação Bilingue? Segundo QUADROS, 2006, a educação bilíngüe envolve duas línguas no contexto educacional, onde as duas passam a co-existir. Definindo-se também qual será a primeira língua e qual será a segunda língua e qual função cada língua irá representar no ambiente escolar.

Atualmente essas três filosofias educacionais persistem paralelamente no Brasil. O Oralismo que prevê o uso exclusivo da língua oral, a Comunicação Total que faz uso tanto da língua oral como da língua de sinais, e o Bilingüismo que utiliza a Língua de Sinais e, no caso do Brasil, o português escrito como segunda língua.

É neste contexto que se encaixa a pesquisa realizada tendo como base da educação de surdos uma proposta bilíngüe.

Mas os questionamentos nos remetem a antes do processo de escolarização pois percebemos com a pesquisa que as dificuldades se iniciam no processo de aquisição da linguagem, que na maioria dos casos estudados se apresenta tardiamente.

3.2- Aquisição da linguagem

As línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social. Segundo SALLES (2007), o que nos distingue dos outros animais é o fato de possuímos uma língua, linguagem essa que está entrelaçada com outras habilidades cognitivas.

Vygotsky é apresentado como um dos primeiros pesquisadores soviéticos a julgar ter a linguagem um papel decisivo na formação dos processos mentais e, para prová-lo, empreendeu uma série de experimentos que visaram a testar a formação da atenção ativa e dos processos de desenvolvimento da memória por meio da aquisição da língua (a memorização passa a ser ativa e voluntária) e de outros processos mentais superiores. Todos os experimentos levaram-no a dar, efetivamente, a língua o papel de destaque na formação dos processos mentais, como previra. Para o autor, é relevante perceber a “ língua não apenas como uma forma de comunicação, mas também como uma função reguladora do pensamento”. (SALLES, 2007).

Todo ser humano no convívio de uma comunidade lingüística, fala uma língua materna, aprendida até os cinco anos de idade. As crianças adquirem a língua por meio da exposição informal e do uso ativo, e não por lhes ser ensinada. A experiência em casa é fundamental. As crianças utilizam a língua com as mais diversas finalidades desde expressar sentimentos a adiar acontecimentos indesejáveis. Com o tempo conseguem se valer da linguagem para expressar-se sobre o passado, conseguem usar a fantasia e são capazes de perguntar quando,

como e por que as coisas acontecem. A língua também é importante para estruturar o pensamento.

Tanto a criança ouvinte como a criança surda passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento da linguagem, mas para que este desenvolvimento ocorra de forma natural e satisfatória é necessário que as crianças estejam imersas em meios que lhes proporcione estímulos e contato com a língua.

No caso da criança ouvinte um meio onde se fale a língua portuguesa oral e da criança surda um meio rico em estímulos visuais e com pessoas que utilizam a LIBRAS. Se a criança surda tem pais surdos que utilizam a língua de sinais desde o nascimento dela, o desenvolvimento dessa língua irá seguir, o mesmo curso que o desenvolvimento da fala em crianças ouvintes.

A criança com acesso a língua de sinais desde muito cedo, desfrutam da possibilidade de adentrar o mundo da linguagem com todas as suas nuances. Porém, se a criança surda advém de família ouvinte ela passa pelo risco de séria privação da linguagem no início da vida e de uma incapacidade de aprender o que está acontecendo ao seu redor, uma vez que seus pais não sabem se comunicar com ela.

A falta de estímulos nos primeiros anos de vida diminui o ritmo natural do processo evolutivo infantil, aumentando o distanciamento dos padrões do desenvolvimento psicomotor, sócio-afetivo e cognitivo.

Este foi uma das primeiras dificuldades constatadas na pesquisa, muitas crianças chegam à escola sem ter adquirido uma língua própria e sem ter sido estimulada corretamente na infância.

Nestes casos, quando nasce uma criança surda em um meio ouvinte a família deve ser orientada para que prejuízos à capacidade intelectual e social da criança não aconteçam, pois a capacidade de comunicação lingüística é um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade fazendo com que a mesma possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade.

A língua de sinais, portanto, é de extrema importância pois é a partir da aquisição da mesma que as crianças surdas podem em tempo adequado

desenvolver as estruturas cognitivas necessárias para um crescimento pleno em todas as áreas.

Constata-se com a pesquisa que os pais ouvintes na maioria das vezes rejeitam a língua de sinais, não se comunicam com os filhos através dela e tem sérios problemas de comunicação com seus filhos. Isso faz com que os mesmos demorem a se apropriar da primeira língua: LIBRAS, e conseqüentemente tenham mais dificuldades em aprender uma segunda língua (português escrito).

Essa é a primeira dificuldade detectada pois sabe-se que para desenvolver-se cognitivamente, a criança precisa de uma linguagem que seja efetiva, que ela possa realmente dominar e usar de forma proficiente.

Dessa forma a LIBRAS é essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança surda.

3.4- Dificuldades observadas no processo de aquisição da língua portuguesa

Durante os anos de 2008 e 2009 estive como intérprete de libras em uma escola municipal que possuía incluídos na sala regular de 3ª. E 4ª. Séries respectivamente alunos surdos. Em 2008 eram três alunos (um menino e duas meninas) que dominavam a libras. Em 2009 os três e mais um menino que ainda não possuía o conhecimento da língua (havia feito aulas particulares para aprender o básico da língua e só dominava o alfabeto manual). Os três dominantes da língua advinham de famílias de classe social mais baixa e o que não conhecia de situação financeira mais privilegiada.

Ao começar o trabalho de interpretação percebi que os alunos apresentavam grande dificuldade nos momentos em que deveriam fazer uso do português escrito, principalmente em momentos de produção textual. As histórias e narrações produzidas se limitavam aos nomes dos desenhos que apareciam na folha dada pela professora. A princípio pensei que os surdos tinham dificuldades com o que era

abstrato e só percebiam o concreto nas imagens. Mas depois pude constatar que por virem de famílias ouvintes nunca tiveram contato com história contadas em libras e dessa forma não sabiam como contar uma história e muito menos como escrevê-la em português. Não tinham tido experiência anteriores. Segundo Vygotsky, o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural da criança. Por suas experiências serem restritas suas produções eram muito pobres em relação à dos outros.

Comecei então, com a aceitação do professor a, ao invés de esperar que eles escrevessem as histórias por conta própria, contar história em Libras e depois pedir para que eles escrevessem. A principio eu quase ditava as histórias e eles escreviam. Como a professora lia sempre uma história ou texto informativo no início das aulas (leitura do formador), eles começaram a ampliar seu vocabulário em Libras e em português e com pouco tempo estava escrevendo textos

Segundo QUADROS, 2006, podem ser considerados como uma interlíngua, isto é no processo de aquisição do português , as crianças surdas apresentarão um sistema que não mais representa a primeira língua, mas ainda não representa a língua alvo. Observamos nestes textos a estrutura gramatical de frase muito semelhante à língua de sinais brasileira, apresentando poucas características do português; predomínio das palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos, verbos); uso de verbos no infinitivo.

As dificuldades com o português, porém, não se baseavam apenas na forma de articular textos, mas também na dificuldade de memorizar o grande número de palavras da língua portuguesa, muitas palavras sinônimas (ex: carro-veículo-automovel pessoa-gente-humano, desenvolver-crescer-evoluir, achar-encontrar) que em LIBRAS possuem o mesmo sinal; muitas com a mesma grafia e significados diferentes que dependem de um contexto mais amplo para se identificar o real sentido e por fim palavras do Português que não possuem sinais em LIBRAS em que se faz necessário dar exemplos contextualizados para explicar o significado das palavras.

Outro ponto que gera também dificuldade é o que se refere à flexão de verbos. Os alunos que já dominavam a LIBRAS, mesmo se apropriando melhor da escrita (mesmo que ainda não na estrutura da língua alvo-português) diversas vezes não compreendiam o que dizia em um texto devido a flexão dos verbos, pois agarravam-se na palavra que para eles era diferente e precisavam a todo tempo de explicação. Uma das alunas mais interessada na língua me perguntava constantemente o porque do uso de tantas variações, quando deveria usar quando utilizar brincar e brincando. Por ser professora, aos poucos eu explicava a ela a questão de tempo verbal, concordância... mas mesmo assim percebia que para eles essa era outra dificuldade encontrada no momento de se valer do português escrito.

Em 2009 houve a chegada do aluno X que chegou a escola sem domínio de nenhuma língua (não sabia LIBRAS, não fazia leitura labial, sua oralização não permitia entendimento), este aluno, segundo relatos da mãe fez acompanhamento desde pequenino com fonoaudiólogo que não permitia o aprendizado de LIBRAS, porém, ao chegar ao 4º. ano sem estar alfabetizado a família procuro outros métodos para que o filho fosse capaz de entender e se fazer do português para ser entendido.

A princípio houve grande rejeição da família, a qual queria que seu filho fosse oralizado. Segundo FREITAS, 2007, estudos mostram que a maioria dos surdos que nascem de famílias ouvintes sentem a necessidade de ter seu filho identificado consigo e com seus valores culturais, tratando o mesmo como portador de um problema a ser resolvido ou, na pior das hipóteses, minorado. Segundo STROBEL quando o médico apresenta o diagnóstico da surdez, os pais ficam chocados, deprimem-se e culpam-se por ter gerado um filho dito “não normal” e ficam frustrados porque vêem nele um sonho desfeito. Então essas famílias alimentam esperanças de “cura” dessa “deficiência”, ficam ansiosas e questionam se um dia o filho será capaz de ouvir, falar. Essa afirmação se confirma na família dessa criança pois neste mesmo ano de 2009 ele foi submetido ao implante coclear (o aluno com 13 anos), porém, até então nada tinha tido um resultado positivo. Ao perceber a situação os pais se mostraram mais abertos ao aprendizado da LIBRAS. A criança, de início, que só dominava o alfabeto, se mostrava apreensiva, não me olhava ao

interpretar as aulas. Com o passar do tempo e ao se estabelecer laços afetivos com o educando o mesmo se mostrou mais aberto ao aprendizado da LIBRAS.

O papel da afetividade neste momento foi de fundamental importância. Para Piaget o papel da afetividade é funcional na inteligência. Ela é a fonte de energia de que a cognição se utiliza para seu funcionamento. Deste momento em diante e ao perceber-se como um ser que era capaz de se fazer entender e o aluno passou a participar mais, demonstrar maior interesse na LIBRAS (sempre pedindo sinais das palavras que não conhecia). A dificuldade que este aluno apresentou na aquisição da língua portuguesa escrita está no fato, além das questões próprias da estrutura do português, o fato de ter chegado à escola sem possuir uma língua própria.

Outro aspecto que pude observar é o fato do ensino ocorrer da mesma forma que para os ouvintes. Não há uma preocupação em se atender as especificidades educacionais dos alunos surdos, ou seja, a aula é dada sem ter apoio visual. Não há uma pedagogia voltada para as necessidades dos surdos em sala de aula e o intérprete é tido como única necessidade compreendida pela escola. Não há um conhecimento da cultura surda.

Outra sala que pude observar, voltada somente para alfabetização básica de alunos surdos antes de serem incluídos em sala regular, pois estes na maioria das vezes chegam a escola sem uma língua própria, (nesta sala tanto o professor bilíngüe ouvinte como o instrutor surdo eram regentes da turma onde se ensinava o português e a LIBRAS) é que o método adotado era o de trabalhar figuras-sinais-nomes, sempre projetos voltados ao aprendizado de palavras semânticas: cores, animais, pessoas da família e a memorização dessas palavras. Não percebi em nenhum momento leitura de textos e transposição para o português nem mesmo um trabalho de letramento. Muitas palavras ensinadas, pela falta de uso, eram esquecidas, permanecendo somente o sinal, o qual muitas vezes eram usados na hora do recreio, em conversas informais, pois nas famílias que conheci ninguém dominava a LIBRAS e se comunicava somente através da leitura labial, mímica, gestos e apontamentos.

Há uma grande necessidade de se rever o conceito de pessoa/criança surda e de como sua aprendizagem ocorre para que a inclusão ocorra realmente e para

que o aprendizado da língua portuguesa seja feito de modo a atender as necessidades desses indivíduos, ou seja, o ensino da língua portuguesa como processo de aquisição de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida efetivamente como a primeira língua.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação de surdos sofreu muitos processos de mudanças. Durante muito tempo às discussões a respeito da educação de surdos estavam impregnadas de uma visão médico-clínica onde se tentava normalizar o indivíduo surdo. E essa visão e as formas de ensino que dela decorrem influenciaram de sobremaneira as formas atuais de ensino. Porém, o fracasso escolar de pessoas surdas a que tem se presenciado vem fazendo com que se busquem alternativas que possam igualar as oportunidades de aprendizagem de surdos e ouvintes.

Com a constatação de tal realidade o bilingüismo e as questões implicadas nesta proposta educacional se apresentam como uma forma de subsidiar a reflexão sobre a educação da pessoa surda. A proposta bilíngüe busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida.

Diante disso o decreto 5626 de 2005 assinala que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngüe, garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua. O ensino de língua portuguesa, como segunda língua, baseia-se no fato de que esses cidadãos brasileiros, tem o direito de aprender e utilizar esta língua oficial que é tão importante para o exercício da cidadania, pois é através dela que se registram os compromissos, bens, a identificação das pessoas e o próprio ensino.

Apesar disso muitas são as dificuldades que os surdos demonstram ao se depararem com o uso dessa língua, seja no momento de escrita ou mesmo de leitura. Segundo Skliar (1998), esse insucesso ainda é produto da hegemonia de uma ideologia clínica dominante, que permanece até hoje, produzindo discurso etnocêntrico, uma vez que os ouvintes representam a surdez a partir de suas concepções e valores e organizam práticas pedagógicas que objetivam a normalização do indivíduo surdo. Fato este confirmado em observações onde aulas eram dadas sem levar em consideração as especificidades dos alunos surdos em aprender, ou seja a forma de ensinar é feita da mesma forma que para os ouvintes, com aulas expositivas que se apóiam principalmente na exposição oral dos

conteúdos sem valer-se de material visual ou materiais em LIBRAS para os alunos surdos.

Outro fator que contribui para essa dificuldade é a questão familiar. A maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes que não utilizam a língua de sinais e por orientação fonoaudiológica tentam afastar seus filhos do contato com a LIBRAS. Isso reflete de sobremaneira no aprendizado da língua portuguesa pois, além da língua ser fundamental para que o indivíduo estruture seu pensamento ao chegar a escola a criança não possui uma língua e acaba por ter que aprender o português (segunda língua), antes de dominar a LIBRAS (primeira língua).Essas crianças se mostram totalmente perdidas e tornam-se copistas (copiam tudo mais sem entender o significado e motivo pelo qual realizam as tarefas).

A questão da diferença lingüística também não pode ser deixada de lado. Alfabetizar um aluno na língua escrita que o mesmo não fala é um ato muito complexo, pois o aluno tem de se apropriar além da língua, de um código, de uma estrutura gramatical que ele não tem no pensamento.

Assim, se as praticas de letramento, numa perspectiva multicultural para surdos, estiverem centradas no trabalho normativo da língua portuguesa, em técnicas e regras gramaticais, seu resultado será o insucesso. Há a necessidade de um processo de aquisição da língua portuguesa escrita que possibilite ao cidadão surdo construir, em si próprio, o sentido da escrita para sua vida cotidiana.

Apesar da relevância das contribuições do processo de letramento a escola ainda não tem viabilizado a necessária compreensão do real processo de escolarização no campo da surdez. Sob a ótica do letramento, a leitura e a escrita são vistas não apenas como uma tecnologia para registrar a fala e a escrita ou para decodificar a escrita em fala, mas enquanto praticas sociais que possibilitam a inserção cultural e social do indivíduo, compreendendo-o como sujeito multicultural. Um sujeito subjetivo, que traz na construção do seu conhecimento toda a complexidade de uma identidade socioantropológica.

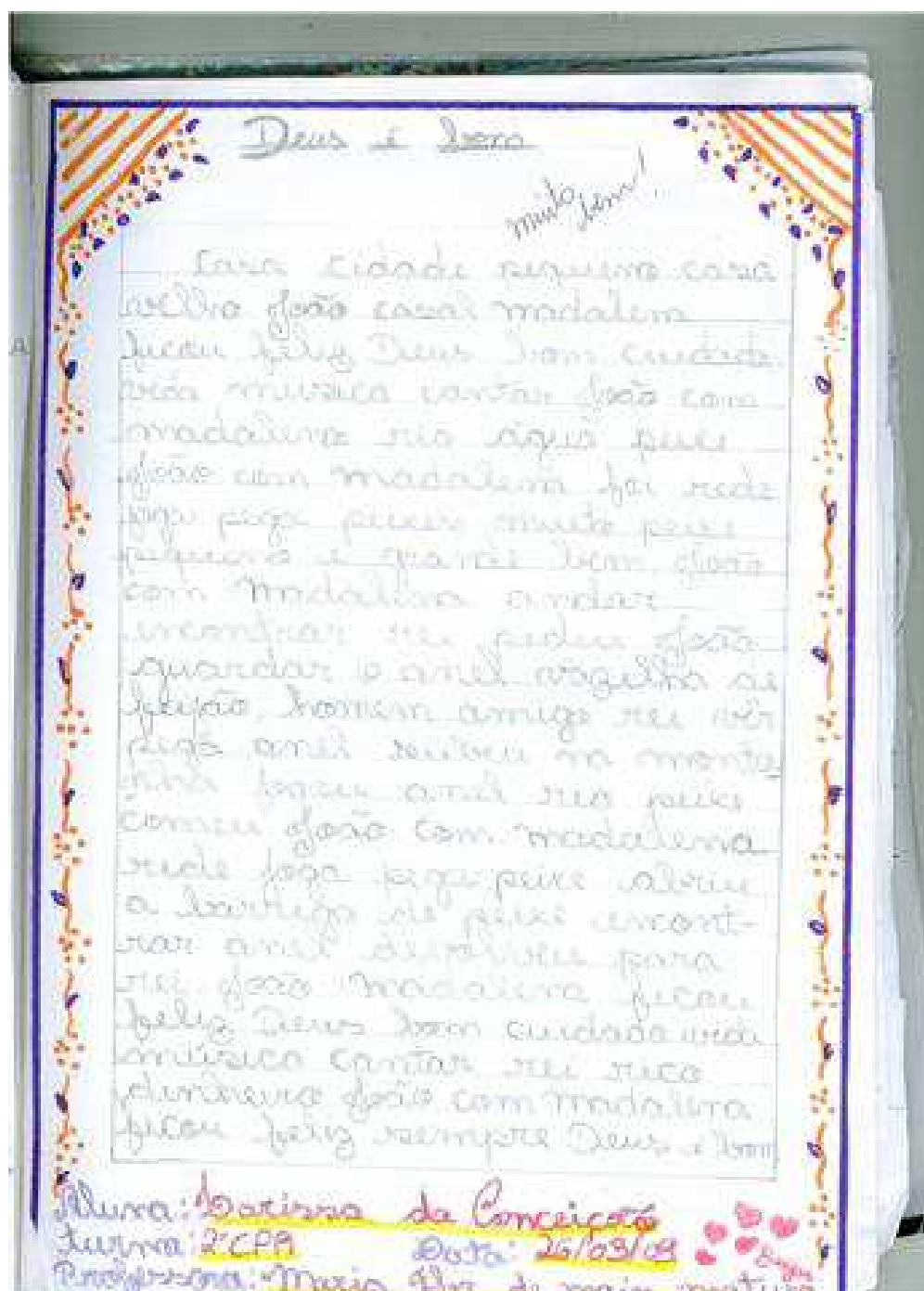
É necessário que se implemente nas escolas uma pedagogia voltada para a diferença e necessidades específicas do aluno surdo, enquanto sujeito multicultural,

e como tal, ao apropriar-se do português escrito, deve realizar esse processo de forma significativa e contextualizada.

REFERÊNCIAS:

- BAPTISTA, ELAINE DA ROCHA. Análise das Estratégias de Ensino que Facilitam a Leitura do Surdo, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental [Rio de Janeiro, 2005]
- Construindo as trilhas para a inclusão / Márcio Gomes,(organizador). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Inclusiva)
- Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez [4.ed.] elaboração profa. Daisy Maria Collet de Araújo Lima- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal...[et. al.]-Brasília: MEC
- FREITAS, Luiz Carlos. A Internet como fator de exclusão do surdo no Brasil. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007. 39p.
- HONORA, Márcia. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo:Ciranda Cultural, 2009.
- QUADROS, Ronice Muller de. Idéias para ensinar português para alunos surdos/ Ronice Muller de Quadros, Magali L. P. Schmiedt – Brasília: MEC, SEESP, 2006
- SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima ..[et al] . Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2007. Volume 1 – 2ª. Edição.
- SKLIAR, Carlos. A surdez – Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed Mediação, 1998.

5. ANEXOS:



Texto realizado por aluna surda.